



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0000582-24.2018.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Telefonia**
Requerente: **PAULO CELSO VIEIRA PAINO**
Requerido: **TIM CELULAR S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter solicitado à ré o cancelamento uma linha telefônica que especificou (nº (11) 99528-3038), mas ela por equívoco cancelou o plano que mantinha (Plano TIM Controle B Plus) relativamente a outra linha telefônica (nº (16) 99762-1500), passando-a para a modalidade pré-paga.

Alegou ainda que comunicou a falha à ré, a qual se limitou a cancelar a linha que de início indicara sem que reativasse o plano pertinente à segunda linha.

Almeja à sua condenação a tanto, bem como ao ressarcimento dos danos morais que sofreu.

A ré em genérica contestação não impugnou específica e concretamente os fatos articulados pelo autor, como seria de rigor.

Nesse sentido, não refutou ter procedido ao cancelamento de um plano relativo a uma linha telefônica quando deveria somente cancelar uma outra.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Não negou também que posteriormente, para reparar a falha, fez o cancelamento da linha correta sem que, todavia, reativasse o plano que cancelara por equívoco.

Como se não bastasse, a ré sequer se pronunciou sobre os diversos contatos elencados a fls. 01/02, geradores dos protocolos lá identificados, conquanto dispusesse de plenas condições técnicas para tanto.

Com isso, a dinâmica descrita pelo autor a propósito desses contatos deve ser tida como verificada à míngua de dados objetivos que se contrapusessem a ela.

O quadro delineado conduz ao acolhimento da pretensão deduzida.

O cancelamento do Plano TIM Controle B Plus concernente à linha telefônica nº (16) 99762-1500 não se justificava diante da falta de solicitação para tanto ou de outro motivo que lhe desse causa.

Deverá ser reativado, portanto, sem que haja a incidência de débitos e/ou multas a cargo do autor decorrentes do indevido cancelamento promovido pela ré.

Ademais, promoverei a antecipação da tutela neste momento por entender que agora estão preenchidos os pressupostos para tanto.

Já os danos morais reclamados estão configurados.

Basta a leitura de fls. 01/02 para ver que o autor em inúmeras vezes buscou a solução de problema para o qual em nada contribuiu.

Perdeu considerável lapso de tempo e, o que é pior, a situação não se resolveu.

É evidente que diante desse cenário o autor teve desgaste de vulto, a exemplo do que sucederia com qualquer pessoa mediana que estivesse em sua posição, indo a espécie muito além dos meros aborrecimentos próprios da vida cotidiana.

A ré ao menos aqui não dispensou ao autor o tratamento que seria exigível, o que basta à caracterização dos danos morais passíveis de ressarcimento.

O valor da indenização, todavia, não poderá ser o proclamado pelo autor, que transpõe excessivo.

Assim, à míngua de preceito normativo que discipline a matéria, mas atento à condição econômica das partes e ao grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como à necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado, arbitro a indenização devida ao autor em R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar a ré (1) a restabelecer no prazo máximo de dez dias o Plano TIM Controle B Plus concernente à linha telefônica nº (16) 99762-1500, computando como inexigíveis débitos e/ou multas a cargo do autor decorrentes do indevido cancelamento de tal plano promovido pela ré, bem como (2) a pagar ao autor a quantia de R\$ 4.000,00, acrescida de correção monetária, a partir desta data, e juros de mora, contados da citação.

Independentemente do trânsito em julgado da presente, intime-se a ré pessoalmente para imediato cumprimento da obrigação de fazer imposta no item 1 supra (Súmula nº 410 do Superior Tribunal de Justiça).

Por ora, deixo de fixar multa para o caso de descumprimento da obrigação, o que sucederá no futuro, se necessário.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intemem-se.

São Carlos, 17 de abril de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**